

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DIREITO ADUANEIRO	1
1 AUTONOMIA.....	1
1.1 Premissas e divergências doutrinárias.....	1
1.2 Coesão temático-finalística da matéria aduaneira.....	2
1.2.1 Tributação e aduana.....	2
1.2.2 Organicidade da legislação aduaneira.....	6
2 FONTES FORMAIS	7
2.1 Constituição Federal.....	7
2.1.1 Preeminência hierárquico-normativa da Constituição	7
2.1.2 Natureza analítica da Constituição Federal de 1988	9
2.2 Lei complementar e normas gerais de direito tributário.....	10
2.2.1 Conceito ontológico-formal de lei complementar	10
2.2.2 Hierarquia da lei complementar	14
2.2.3 Hierarquia do Código Tributário Nacional.....	18
2.2.4 CTN e o Decreto-Lei nº 37/1966	18
2.2.5 Conceito de normas gerais de direito tributário.....	19
2.3 Tratados Internacionais.....	21
2.4 Atividade legislativa do Poder Executivo.....	24
2.4.1 Medidas provisórias e decretos-lei.....	24
2.4.2 Decretos, regulamentos e outros atos normativos.....	28
CAPÍTULO II - TRIBUTOS ADUANEIROS.....	31
1 NORMA E TRIBUTO.....	31
2 IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	33
2.1 Princípios jurídicos.....	33
2.1.1 Normatividade e vinculação.....	33
2.1.2 Legalidade e definição das alíquotas do imposto.....	35
2.1.3 Anterioridade, segurança jurídica e proteção da confiança	38
2.1.4 Extrafiscalidade e isonomia.....	39
2.1.4.1 Limitações constitucionais	41

	2.1.4.2	Limitações convencionais: cláusulas da nação mais favorecida e do tratamento nacional	44
	2.1.5	Princípio da valoração aduaneira pelo valor real	50
2.2		Regra-matriz de incidência tributária	52
	2.2.1	Hipótese de incidência	52
	2.2.1.1	Critério material.....	53
	2.2.1.1.1	Conceito jurídico de importação.....	54
	2.2.1.1.2	Complemento do critério: produtos ou mercadorias	64
	2.2.1.1.3	Bens nacionais exportados: incidência na reimportação	65
	2.2.1.2	Critério espacial: território aduaneiro	69
	2.2.1.3	Critério temporal.....	71
	2.2.1.3.1	Produtos despachados para consumo.....	71
	2.2.1.3.2	Bagagem, remessa postal e encomenda aérea internacional.....	72
	2.2.1.3.3	Mercadorias extraviadas	72
	2.2.1.3.4	Ingresso clandestino	73
	2.2.1.3.5	Retomada do despacho no abandono de mercadorias	74
	2.2.2	Consequência tributária.....	74
	2.2.2.1	Sujeito ativo	74
	2.2.2.2	Sujeito passivo	74
	2.2.2.2.1	Contribuinte	75
	2.2.2.2.2	Responsáveis.....	77
	2.2.2.3	Base de cálculo	86
	2.2.2.3.1	Acordo de Valoração Aduaneira	86
	2.2.2.3.2	Importância da valoração aduaneira	87
	2.2.2.3.3	Realidade do direito brasileiro	87
	2.2.2.3.4	Dificuldades decorrentes da técnica legislativa adotada pelo AVA.....	88
	2.2.2.3.5	Atos interpretativos dos Comitês Técnicos de Valoração.....	88
	2.2.2.3.6	Métodos de valoração aduaneira	90
	2.2.3	Alíquota.....	134
	2.2.3.1	Alíquotas específicas e <i>ad valorem</i>	134
	2.2.3.2	Órgão competente para a definição das alíquotas.....	135
	2.2.3.3	Redução tarifária temporária na condição de <i>ex-tarifário</i>	136
	2.2.3.4	Modificações na alíquota e segurança jurídica	136
	2.2.3.5	Classificação aduaneira	137
	2.2.3.6	Origem	143

2.3	Imunidades e isenções	144
2.3.1	Diferenciação entre imunidades e isenções.....	144
2.3.2	Pressupostos constitucionais para a regulamentação de imunidades.....	144
2.3.3	Isenções, lei específica e extensão fundada em isonomia.....	146
2.3.4	Imunidades em espécie	148
2.3.4.1	Imunidade recíproca das pessoas políticas.....	148
2.3.4.2	Imunidade dos templos de qualquer culto.....	152
2.3.4.3	Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores, instituições de educação e de assistência social.....	153
2.3.4.4	Imunidade de livros, jornais e papéis destinados à sua impressão	157
2.3.5	Isenções em espécie	158
2.3.5.1	Pressupostos gerais de aplicabilidade.....	158
2.3.5.2	Importações da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios	161
2.3.5.3	Partidos políticos, instituições de educação ou de assistência social.....	162
2.3.5.4	Livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua reprodução.....	162
2.3.5.5	Isenções diversas.....	162
3	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	166
3.1	Princípios jurídicos	166
3.2	Regra-matriz de incidência tributária	167
3.2.1	Hipótese de incidência	167
3.2.1.1	Critério material.....	168
3.2.1.1.1	Conceito jurídico de exportação.....	168
3.2.1.1.2	Operações <i>back to back</i>	168
3.2.1.1.3	Vendas para empresas comerciais exportadoras.....	169
3.2.1.1.4	Vendas para a Zona Franca de Manaus	171
3.2.1.1.5	Mercadoria exportada que permanece no país.....	172
3.2.1.1.6	Mercadoria admitida em depósito alfandegado certificado.....	173
3.2.1.2	Critério espacial	173
3.2.1.3	Critério temporal	174
3.2.2	Consequência tributária.....	174
3.2.2.1	Critério pessoal	174
3.2.2.2	Critério quantitativo.....	174
3.3	Imunidades e isenções	176

4	DEMAIS TRIBUTOS INCIDENTES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	177
4.1	Imposto sobre Produtos Industrializados	177
4.1.1	Princípios jurídicos.....	177
4.1.1.1	Estrita legalidade e definição das alíquotas do imposto	177
4.1.1.2	Anterioridade mínima	177
4.1.1.3	Isonomia e cláusula do tratamento nacional (Artigo III do Gatt 1994)	178
4.1.1.4	Seletividade e extrafiscalidade.....	182
4.1.1.5	Não cumulatividade	183
4.1.2	Regra-matriz de incidência tributária	185
4.1.2.1	Hipótese de incidência	185
4.1.2.1.1	Critério material.....	185
4.1.2.1.2	Critério espacial	191
4.1.2.1.3	Critério temporal	191
4.1.2.2	Consequência tributária.....	192
4.1.3	Imunidades e isenções.....	194
4.1.3.1	Imunidades tributárias gerais.....	194
4.1.3.2	Imunidades na importação de energia elétrica, derivados de petróleo, combustíveis e minerais	194
4.1.3.3	Isenções análogas ao imposto de importação	195
4.2	PIS-COFINS	195
4.2.1	Princípios jurídicos.....	195
4.2.1.1	Anterioridade nonagesimal	195
4.2.1.2	Não cumulatividade	195
4.2.1.3	Isonomia e tratamento nacional	196
4.2.2	Regra-matriz de incidência tributária	199
4.2.2.1	Hipótese de incidência	199
4.2.2.2	Consequência tributária.....	200
4.2.2.2.1	Sujeitos ativo e passivo	200
4.2.2.2.2	Base de cálculo	200
4.2.2.2.3	Alíquota.....	201
4.2.3	Não cumulatividade.....	203
4.2.3.1	Aplicabilidade e hipóteses de creditamento	203
4.2.3.2	Cálculo do crédito.....	203
4.2.3.3	Questões controvertidas na Jurisprudência	204
4.2.3.3.1	Insumos.....	204
4.2.4	Imunidades e isenções.....	210
4.3	Cide Combustíveis	213
4.4	Taxa do Siscomex	215

4.4.1	Constitucionalidade da taxa de utilização do Siscomex	215
4.4.2	Aumento do valor da taxa pela Portaria MF nº 257/2011	215
4.5	ICMS	217
4.5.1	Princípios jurídicos.....	217
4.5.1.1	Seletividade e extrafiscalidade.....	217
4.5.1.2	Não cumulatividade	217
4.5.1.3	Isonomia e tratamento nacional	218
4.5.2	Regra-matriz de incidência tributária	219
4.5.2.1	Hipótese de incidência	219
4.5.2.1.1	Crítério material.....	220
4.5.2.1.2	Crítério espacial	221
4.5.2.1.3	Crítério temporal	222
4.5.2.2	Consequência tributária	222
4.5.2.2.1	Sujeito ativo	222
4.5.2.2.2	Sujeito passivo	226
4.5.2.2.3	Base de cálculo	226
4.5.2.2.4	Alíquota.....	229
CAPÍTULO III – PAGAMENTO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....		231
1	LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	231
1.1	Autolancamento no despacho de importação	231
1.2	Lançamento de ofício suplementar	232
1.2.1	Interrupção do despacho aduaneiro.....	232
1.2.1.1	Conferência aduaneira e exigências no Siscomex	232
1.2.1.2	Retenção de produtos, pagamento e garantia	234
1.2.1.3	Desembaraço aduaneiro	238
1.2.2	Revisão aduaneira	239
1.2.2.1	Ato final do despacho aduaneiro de importação.....	239
1.2.2.2	Limitações decorrentes do princípio constitucional da proteção da confiança	240
1.2.2.3	Revisão do lançamento de ofício	247
1.3	Lançamento e pagamento do ICMS	251
1.4	Lançamento e pagamento do imposto de exportação.....	251
2	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	251
3	REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....	254
CAPÍTULO IV – REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS.....		255
1	ASPECTOS GERAIS	255
1.1	Conceito	255

1.2	Natureza jurídica.....	256
1.3	Exigência de lei específica (CF, art. 195, § 6º).....	261
1.4	Modalidades de lançamento tributário.....	263
1.5	Multa de ofício isolada.....	265
1.6	Requisitos legais (“condições”).....	266
1.7	Inadimplemento e cumprimento inexato.....	268
2	ADMISSÃO TEMPORÁRIA.....	274
2.1	Conceito e natureza jurídica.....	274
2.2	Aplicabilidade, prazos e requisitos legais.....	277
2.3	Extinção.....	279
2.4	Descumprimento e penalidades.....	279
3	TRÂNSITO ADUANEIRO.....	283
3.1	Conceito, natureza jurídica e modalidades.....	283
3.2	Manifestação de embarque para trânsito na exportação.....	285
3.3	Despacho para trânsito de passagem e de entrada.....	286
3.4	Exigência dos tributos em caso de extravio ou avaria.....	288
3.5	Extinção, descumprimento e penalidades.....	290
4	DRAWBACK.....	292
4.1	Importância.....	292
4.2	Modalidades e natureza jurídica.....	294
4.3	<i>Drawback</i> suspensão.....	297
4.3.1	Competência, beneficiários, prazo e procedimentos.....	297
4.3.2	Regularidade fiscal no desembaraço.....	299
4.3.3	Vedações e aquisições abrangidas pela desoneração.....	300
4.3.4	Fungibilidade e vinculação física.....	303
4.3.5	Industrialização.....	309
4.3.6	Fornecimento interno em decorrência de licitação internacional....	310
4.3.7	<i>Drawback</i> para a industrialização de embarcações.....	311
4.3.8	Encerramento do ato concessório perante a Secex.....	311
4.3.9	Inadimplemento e cumprimento inexato.....	314
	4.3.9.1 Fiscalização da extinção pela RFB.....	314
	4.3.9.2 Divergência jurisprudencial sobre o adimplemento.....	314
	4.3.9.3 Diferenciação entre as formas de inadimplemento... ..	320
4.3.10	Juros e multa de mora.....	321
4.3.11	Prescrição e decadência.....	323
4.4	<i>Drawback</i> -isenção.....	324
4.5	<i>Drawback</i> -restituição.....	325
5	ENTREPOSTO ADUANEIRO.....	326
5.1	Conceito, modalidades e natureza jurídica.....	326

5.2	Aplicabilidade, prazos e requisitos legais	330
5.2.1	Entrepósito aduaneiro na importação.....	330
5.2.2	Entrepósito aduaneiro na exportação	335
5.3	Extinção.....	336
5.4	Descumprimento e penalidades.....	338
5.5	Submodalidades	340
5.5.1	Loja franca	340
5.5.2	Depósito especial	341
5.5.3	Depósito afiançado	343
5.5.4	Depósito alfandegado certificado	344
5.5.5	Depósito franco.....	344
6	ENTREPÓSITO INDUSTRIAL (RECOF)	345
6.1	Conceito, modalidades e natureza jurídica.....	345
6.2	Habilitação, prazos e requisitos legais	346
6.3	Destinações e extinção.....	349
6.4	Renúncia.....	351
6.5	Mercadorias em estoque após o encerramento da vigência	352
6.6	Descumprimento e penalidades.....	353
7	EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA	358
7.1	Conceito e natureza jurídica.....	358
7.2	Aplicabilidade, prazos e requisitos legais	358
7.3	Extinção, descumprimento e penalidades	360
8	ADMISSÃO TEMPORÁRIA PARA UTILIZAÇÃO ECONÔMICA	361
8.1	Conceito e natureza jurídica.....	361
8.2	Aplicabilidade, prazos e requisitos legais	363
8.3	Extinção.....	364
8.4	Juros de mora na prorrogação e no despacho para consumo	365
8.5	Descumprimento e penalidades.....	369
9	ADMISSÃO TEMPORÁRIA PARA APERFEIÇOAMENTO ATIVO.....	371
9.1	Conceito e natureza jurídica.....	371
9.2	Prazos, requisitos, extinção e descumprimento	371
10	RECOM	372
11	EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA PARA APERFEIÇOAMENTO PASSIVO.....	374
12	REPETRO.....	374
12.1	Conceito, modalidades e natureza jurídica.....	374
12.2	Repetro-Sped	376
12.2.1	Aplicabilidade e vedações	376
12.2.2	Habilitação	378

12.2.3	Habilitação, requisitos e termo de responsabilidade	380
12.2.4	Extinção.....	382
12.2.5	Nova admissão	384
12.2.6	Não conhecimento, descumprimento e penalidades	386
12.3	Repetro-Industrialização.....	389
12.3.1	Habilitação, aplicabilidade e prazos.....	389
12.3.2	Extinção.....	392
12.3.3	Descumprimento e penalidades.....	393
13	REPEX.....	394
14	REPORTO	395
15	ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO	396
16	ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO	396
CAPÍTULO V – INFRAÇÕES E PENALIDADES		399
1	INFRAÇÕES	399
1.1	Conceito	399
1.2	Infrações omissivas e dever de agir.....	400
1.3	Espécies de infrações	400
1.4	Natureza objetiva das infrações aduaneiras.....	401
1.5	Culpabilidade: culpa e dolo.....	403
1.6	Responsabilidade por infrações.....	403
1.6.1	Princípio da personalidade	403
1.6.2	Coautoria e participação.....	404
1.6.3	Beneficiários da infração	406
1.6.4	Proprietário e consignatários de veículos.....	406
1.6.5	Comandante ou condutor.....	407
1.6.6	Despachantes aduaneiros.....	407
1.6.7	Importador por conta e ordem ou por encomenda	407
2	PENALIDADES.....	409
2.1	Conceito e espécies	409
2.2	Aplicação	410
2.2.1	Competência	410
2.2.2	Gradação	410
2.2.3	Penalização do concurso de infrações e da continuidade delitiva.....	411
2.2.4	Concurso aparente.....	411
2.2.5	Vedações à penalização	413
2.2.6	Denúncia espontânea	414
2.2.7	Penalização e cobrança dos tributos.....	418

3	PENA DE PERDIMENTO	418
3.1	Natureza jurídica da pena	418
3.1.1	Não recepção pela Constituição Federal de 1988.....	418
3.1.2	Infração de aptidão	419
3.2	Perdimento do veículo.....	421
3.2.1	Veículo em situação ilegal.....	421
3.2.2	Carga ou descarga em local não habilitado	421
3.2.3	Atracação e proximidade com risco de transbordo em zona primária.....	422
3.2.4	Embarcação sem nome de registro destacada e visível.....	423
3.2.5	Transporte de mercadoria sujeita ao perdimento.....	423
3.2.6	Desvio de rota no trânsito aduaneiro	424
3.2.7	Abandono de veículo.....	424
3.3	Perdimento da mercadoria.....	425
3.3.1	Aplicabilidade em relação aos bens do ativo imobilizado	425
3.3.2	Tipos infracionais	425
3.3.3	Falsificação de documento de instrução obrigatória.....	427
3.3.4	Abandono e retomada do despacho	428
3.3.5	Interposição fraudulenta.....	429
3.3.6	Perdimento de diamantes brutos	445
3.3.7	Multa substitutiva do perdimento	445
3.4	Perdimento de moeda.....	445
4	MULTAS.....	446
4.1	Multas na importação.....	446
4.1.1	Tipos de infrações e penalidades	446
4.1.2	Multa no extravio.....	448
4.1.3	Multa pelo subfaturamento	448
4.1.3.1	Caracterização da infração	448
4.1.4	Multas administrativas ao controle das importações.....	453
4.1.4.1	Tipicidade, percentuais e limites.....	453
4.1.4.2	Aplicabilidade no licenciamento automático.....	457
4.1.5	Descumprimento dos requisitos legais da admissão temporária e da admissão temporária para aperfeiçoamento ativo.....	458
4.1.6	Registro especial em operações de importação de papel imune..	458
4.1.7	Multa por erro no preenchimento da DI, inclusive classificação fiscal indevida de mercadorias	459
4.1.7.1	Erro sem culpa ou dolo.....	459
4.1.7.2	Multa por classificação aduaneira indevida	462
4.1.8	Multa pelo descumprimento do dever instrumental de conservação dos documentos de instrução obrigatória da DI	464

4.2	Multas na exportação.....	465
4.3	Multas comuns à importação e à exportação	466
4.3.1	Multa de ofício.....	466
4.3.1.1	Tipicidade e qualificação.....	466
4.3.1.2	Agravamento nos casos de não atendimento de intimação fiscal.....	468
4.3.1.3	Multa de ofício no lançamento para prevenir decadência	470
4.3.1.4	Multa de ofício isolada nos regimes aduaneiros especiais.....	471
4.3.2	Multa no comércio de diamantes brutos	471
4.3.3	Multas aduaneiras fixas	472
4.3.3.1	Tipificação e valores	472
4.3.3.2	Desacato à autoridade aduaneira.....	476
4.3.3.3	Embaraço à fiscalização	476
4.3.3.4	Deixar de prestar informações.....	477
4.3.3.5	Multa diária no <i>drawback</i> suspensão	488
4.3.3.6	Multa específica do art. 75 da Lei nº 10.833/2003.....	489
4.4	Redução das multas.....	490
5	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	491
5.1	Sujeição passiva: intervenientes em operações de comércio exterior	491
5.2	Tipificações e penalidades.....	491
5.3	Ilegalidade da sanção do desalfandegamento.....	493
5.4	Competência e graduação das penalidades.....	495
6	RELEVAÇÃO DE PENALIDADES.....	496
7	INFRAÇÕES PRATICADAS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA...	497
8	DECADÊNCIA, PRESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	497
	REFERÊNCIAS	501